

Rosângela Pezza Cintrão

Mestre em Desenvolvimento
Agricultura e Sociedade pelo CPDA/
UFRRJ.

A Relação entre Técnicos e Agricultores no Contexto de Atuação de uma ONG que Trabalha com Tecnologias Alternativas*

Introdução: Aspectos da Pro- posta do CTA-ZM

A ONG analisada por nós neste artigo refere-se ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)¹, que desde 1987 vem atuando junto a alguns

sindicatos de trabalhadores rurais (e junto aos agricultores que participam destes sindicatos) na zona da mata de Minas Gerais².

A proposta de trabalho do CTA-ZM partiu de uma crítica à modernização da agricultura guiada

pelo modelo de desenvolvimento industrial, por seus resultados de exclusão social e econômica e por seus efeitos degradadores sobre o meio-ambiente³. Os técnicos do CTA-ZM propõem uma espécie de “terceira via”: nem a modernização proposta pela Revolução Ver-

* Este trabalho foi extraído da Dissertação de Mestrado “ONGs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato – Uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira”, defendida junto ao CPDA/UFRRJ em junho/1996, orientada pelo prof. Jorge Romano.

¹ O CTA-ZM, como é peculiar às ONGs, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem o seu trabalho financiado por entidades de cooperação internacional. Para uma discussão sobre as ONGs ver Landim (1989) e Aurelano; López e Petras (1995). Para maiores detalhes sobre o perfil institucional do CTA-ZM, ver Cintrão (1996).

² A zona da mata mineira teve a expansão da sua economia com base na cafeicultura, que no entanto não eliminou as lavouras de consumo existentes anteriormente. A região teve momentos de prosperidade com o café, mas entrou em decadência e até hoje tem sua economia estagnada. Não houve um processo de modernização muito intenso e a agricultura tem um baixo nível de capitalização. O café, apesar das crises, continua sendo um dos principais produtos da região. Os agricultores familiares da região conjugam uma produção diversificada de auto-consumo (principalmente feijão, arroz, milho, galinhas, porcos, horta caseira), a produção de café, e a criação de gado de leite.

³ Esta proposta de trabalho se insere no contexto de um movimento internacional que estamos chamando de “ambientalista”, que teve origem na década de 60 nos chamados países desenvolvidos, e se ampliou nos 70s, e tem como eixo central uma reação e crítica aos problemas gerados pelo “desenvolvimento” e pela “modernização”. No contexto deste movimento, passou-se a falar da necessidade de tecnologias “apropriadas”, ou “alternativas”, “intermediárias”, “ecológicas”, de “baixo custo” (Jequier, 1983). O movimento teve como um de seus desdobramentos uma crítica específica à modernização da agricultura – simbolizada no modelo da chamada “Revolução Verde” – que no Brasil deu origem ao “Movimento de Agricultura Alternativa”, no bojo do qual se construiu a intervenção do CTA-ZM. O CTA-ZM faz parte do PTA – Projeto Tecnologias Alternativas, uma rede de cerca de 20 ONGs que atuam em diversas regiões do Brasil, com perspectivas de ação semelhantes.

de, nem a volta ao passado, mas um modelo de desenvolvimento agrícola “alternativo” (mais recentemente chamado de “sustentável”), baseado num outro padrão tecnológico, definido inicialmente como “tecnologias alternativas” e, mais recentemente, como “agroecologia”. Esse modelo é pensado como sendo “socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável”, e teria a agricultura familiar como um de seus pilares básicos⁴.

O CTA-ZM tem uma equipe de cerca de 5 técnicos (agrônomos, zootecnistas, engenheiros florestais, etc)⁵. Sua atuação busca partir de uma identificação dos “principais problemas” dos agricultores, com a posterior busca de soluções técnicas “alternativas” para resolvê-los. Atuam através de cursos, reuniões, experimentos (realizados em propriedades de agricultores), visitas de acompanhamento, sem-

pre junto a grupos (ou seja, não é feita uma assistência individual). As questões trabalhadas estão em geral bastante referenciadas nas discussões do movimento ambientalista, como por exemplo a crítica ao uso de produtos químicos (com as propostas de adubação orgânica, uso de venenos caseiros), crítica à monocultura (com a proposta de diversificação da produção, agrossilvicultura), crítica ao melhoramento de sementes voltado para respostas a doses crescentes de produtos químicos (com as propostas de resgate de variedades antigas, produção e melhoramento de sementes pelos próprios agricultores).

Os técnicos do CTA-ZM rejeitam o termo “assistência técnica” para designar o seu trabalho junto aos agricultores, e designam seu trabalho como sendo de “assessoria técnica”. Ao nosso ver, sua atuação mescla aspectos de “assessoria” propriamente dita⁶, e de “assistência técnica”: os técnicos constroem-se enquanto assessores dos sindicatos⁷, mas buscam fazer junto aos agricultores algo que se aproxima de uma “assistência técnica”, considerada aqui como uma intervenção técnica junto aos agricultores com o intuito de modificar não somente as práticas agrícolas, mas também a percepção destas mesmas práticas pelos agricultores. A rejeição pelos técnicos da designação “assistência técnica” está relacionada também com a crítica ao modelo tradicional de assistência governamental, da qual buscam se diferenciar. Eles criticam as concepções que vêm os agricultores enquanto “atrasados”, e apostam na construção de metodologias que permitam uma “valorização do saber” dos agricultores, e interação de “igual para igual” entre técnicos e agricultores, através do que chamam de “troca de saberes”⁸.

⁴ Para o CTA-ZM, as tecnologias são “alternativas” a essa modernização da agricultura, e devem embutir diversas características: ser tecnologias não degradadoras do ambiente (“ecológicas”); ser de baixo custo (e, portanto, acessíveis aos pequenos agricultores); proporcionar uma redução nos riscos e contribuir para neutralizar ou limitar a apropriação dos excedentes do trabalho do agricultor pelo capital; levar à diversificação da produção (FASE,1988; AS-PTA,1991). O trabalho com a questão tecnológica é visto como uma forma de fortalecer o que acreditam ser uma espécie de “resistência” do campesinato a essa “modernização” da agricultura, resistência esta manifestada na manutenção de formas tradicionais de cultivo e, de certa forma, na sua própria reprodução social enquanto campesinato (ou seja, numa insistência em continuar existindo, apesar das expectativas em contrário).

⁵ O que se chama em geral de “equipes” das ONGs, refere-se ao mesmo tempo a “funcionários” (ou seja, profissionais que recebem um salário por seu trabalho) e a uma espécie de “dirigentes” da instituição, que têm grande influência na definição dos rumos do trabalho. Aurelano Lopes e Petras (1995) destacam questões relativas a este formato das ONGs.

⁶ O termo “assessoria” é normalmente utilizado no âmbito das organizações populares com um caráter político: os assessores são pessoas de confiança, que detêm um conhecimento específico (em geral acadêmico), e são chamadas a se posicionar frente a questões que envolvem estas organizações. Os assessores normalmente têm algum “mediador” entre ele e as bases das organizações. Para uma análise sobre esta questão ver Novaes (1994).

⁷ Pessoas de confiança, “companheiros de caminhada” (nos termos de Novaes, 1994). Estabelecem relações com alguns sindicatos de trabalhadores rurais na região e buscam se consolidar enquanto mediadores para a questão tecnológica, articulando-a com a questão político-organizativa.

⁸ Sobre essa questão, ver Grzybowski, Cândido – “Saber técnico e Saber Camponês”, em FASE (1988).

Algumas Impressões sobre a Relação Técnicos X Agricultores no Contexto do Trabalho do CTA-ZM

Neste artigo, nos ateremos à análise deste aspecto a atuação dos técnicos do CTA-ZM que estamos chamando de “assistência técnica”. Traçaremos algumas das conclusões de nossa pesquisa, no que diz respeito à compreensão sobre qual o significado que as “tecnologias alternativas” assumem para os agricultores que participam do trabalho do CTA-ZM: se são realmente incorporadas, e se são percebidas enquanto propostas técnicas diferentes e conflitantes com o modelo da revolução verde, ou enquanto “saídas” que possam favorecer a sua permanência enquanto agricultores familiares⁹. Também buscaremos delinear qual a percepção que os agricultores têm dos técnicos do CTA-ZM, e se sua proposta metodológica alcança o alvo de construção de uma relação “igualitária”, com a valorização do conhecimento dos agricultores.

O CTA-ZM é atualmente uma instituição consolidada, com resultados de trabalho considerados satisfatórios, tanto do ponto de vista do relacionamento com os sindicatos de trabalhadores rurais quanto do ponto de vista de implantação da sua proposta tecnológica e metodológica. Uma das questões que consideramos importante ressaltar é que essa consolidação do espaço institucional do CTA-ZM não implicou necessariamente em percepções comuns do trabalho da ONG e das questões colocadas pelos técnicos. Ao contrário, essa consolidação depende de um constante ajuste de distintos interesses, percepções e temporalidades, por parte dos diferentes agentes envolvidos: técnicos, sindicalistas e agricultores¹⁰.

No que se refere especificamen-

te à relação entre técnicos e agricultores, percebemos a existência de diversos fatores que criam tensões e dificultam, por parte dos agricultores que participam do trabalho da ONG, a percepção de uma clivagem entre “agricultura moderna”/ “agricultura alternativa” (ou “agroecologia”), tal qual existente para os técnicos. Nos pareceu que a principal clivagem que permanece existindo para aqueles agricultores da zona da mata refere-se a uma separação entre a “agricultura dos agricultores” e “agricultura dos técnicos”. Técnica parece ser, para eles, aquilo que vem dos técnicos¹¹.

Apesar da preocupação dos técnicos em se diferenciar dos técnicos da assistência governamental, e apesar de realmente existirem diferenças ao nível de postura e metodologia, a análise apontou para o fato de que, aos olhos dos agricultores, há uma aproximação entre os diferentes tipos de técnico no que se refere à assistência técnica *strictu sensu*¹².

⁹ Esta questão está relacionada com a vivência que esses agricultores têm da própria “modernização”, e com o significado que assumiria para eles essa “não incorporação” das técnicas ditas modernas (considerada pelos técnicos da ONG como uma forma de resistência).

¹⁰ Consideramos que a consolidação dos técnicos enquanto “assessores” dos STR, e a inserção dos sindicalistas enquanto mediadores para o trabalho técnico junto aos agricultores, tiveram papel fundamental nesse ajuste dos diferentes interesses e percepções. A mediação dos sindicalistas é um dos aspectos fundamentais abordados na dissertação, que optamos por deixar de fora neste artigo. (ver Cintrão, 1996)

¹¹ Queremos chamar a atenção para o fato de que isto não significa que estes agricultores sejam “avessos” a inovações. Corroboramos as observações de outros autores no sentido de desmistificar a visão de que os agricultores familiares ditos “tradicionais” têm resistência às inovações e repetem (sem reflexão) práticas executadas por seus pais. Percebemos na zona da mata que a incorporação de inovações é bastante freqüente no dia-a-dia dos agricultores, que estão constantemente experimentando, refletindo e discutindo a respeito das práticas agrícolas, a partir das mais diferentes fontes de informação (vizinhos, fazendeiros, viagens, assalariamento em outras regiões, técnicos vendedores, técnicos da extensão, televisão, etc). No entanto, esta incorporação de inovações tem uma lógica e temporalidade próprias, que muitas vezes passam despercebidas pelos técnicos (e pelos próprios agricultores).

¹² É importante ressaltar aqui que uma diferença importante ocorre no aspecto relativo à inserção dos técnicos enquanto assessores dos STRs, bem como à discussão política em torno das tecnologias

Ou seja, o comportamento dos agricultores da zona da mata frente aos técnicos do CTA-ZM – e às propostas de inovações tecnológicas que eles trazem – tem muita semelhança, no que se refere à postura e à adoção de tecnologias ao seu comportamento diante dos demais técnicos: há uma reapropriação seletiva (pelos agricultores) das técnicas e das questões trazidas pelos técnicos, e isso acontece tanto no caso das tecnologias “modernas” como das “alternativas”. Em ambos os casos, a incorporação de inovações passa por uma avaliação bastante complexa, com parâmetros diferentes daqueles dos técnicos. Há por parte dos agricultores uma visão positiva de diversas técnicas “modernas” (algumas inacessíveis, como o trator), principalmente no caso de técnicas poupadoras de mão de obra, mas também de outros tipos de

técnicas, como por exemplo aquelas que levam a aumentos de produtividade sem grandes aumentos no gasto de mão de obra (como os adubos químicos, ou alguns agrotóxicos e herbicidas)¹³. Há, por parte daqueles agricultores, uma reapropriação das inovações tecnológicas¹⁴, que são necessariamente retraduzidas (a partir da sua experiência) e reincorporadas na sua lógica de reprodução.

E nos parece haver questões que poderiam ser consideradas “estruturais”, que diferenciam técnicos de agricultores e fazem com que relacionamento entre eles tenha uma tensão intrínseca: a própria constituição da agronomia enquanto ciência foi fruto de uma hierarquização, que sistematizou uma esfera definida como “tecnologia”, diferente e superior às práticas dos agricultores. Dividiu o

saber teórico e prático. Separou uma agricultura dos agricultores x agricultura dos técnicos¹⁵. A construção da intervenção dos técnicos de certa forma precisa se dar por sobre algum tipo de “desqualificação” do conhecimento dos agricultores (que inclusive justifique a necessidade dos técnicos e da assistência técnica)¹⁶.

Assim, a relação com os técnicos – e os técnicos do CTA-ZM não escapam a isso, apesar de todos os esforços em contrário – está permeada de uma constante tensão, algumas vezes com a existência, por parte dos agricultores, de uma postura subalterna, que ao mesmo tempo afirma e nega o conhecimento dos técnicos, numa relação em que muitas vezes afirmar o conhecimento do técnico implica em negar o próprio conhecimento, e vice-versa¹⁷.

• • • • •

- alternativas/agroecologia. Há, principalmente por parte das lideranças, uma compreensão das implicações e dos significados políticos, sociais e econômicos (pelo menos em termos gerais) da crítica à “modernização”. Também a própria escolha daqueles sindicatos e sindicalistas enquanto mediadores para o trabalho da ONG (que, por sua vez, também passa a atuar como mediadora para estes) traz uma série de conseqüências ao nível da inserção social e política da atuação no contexto local. Estas questões são abordadas em Cintrão, 1996.

- ¹³ Muitos aspectos da “modernização”, vistos de forma bastante negativa pelos técnicos (em geral sob a ótica de suas conseqüências ecológicas e ambientais), são “almeçados” pelos agricultores (embora nem sempre sejam acessíveis). Lovisolo (1989) também chama a atenção para esta questão. Ribeiro (1992) também constata o interesse por técnicas poupadoras de mão de obra, item relativamente escasso.

- ¹⁴ Independentemente do “tipo” de tecnologia (“moderna”, “agroecológica”) ou da fonte de informação do agricultor: diretamente pelo técnico que trabalha na assistência técnica, vendedor de insumos, televisão, um fazendeiro, um vizinho, etc.

- ¹⁵ Neves (1986)

- ¹⁶ Verificamos que a necessidade de assistência técnica não é uma questão que esteja colocada a priori para aqueles agricultores da zona da mata. Embora eles reconheçam a existência dos técnicos, e o suposto conhecimento “superior” que estes teriam, a maioria dos agricultores com os quais tivemos contato parece sentir “necessidade” de auxílio técnico apenas em casos “excepcionais”, em situações que fogem às suas atividades cotidianas, como por exemplo para a introdução de novas culturas (desconhecidas por eles), ou para o combate a doenças e pragas antes inexistentes.

- ¹⁷ Esta questão é reforçada pelo fato de que os técnicos acabam interferindo em esferas tidas como do âmbito do chefe da família, como por exemplo as definições do que e como produzir, de como distribuir a mão de obra durante o ciclo agrícola, um nível de decisões bastante complexo e que em geral escapa ao domínio do conhecimento dos técnicos. Sobre esta questão é interessante o trabalho de Ribeiro (1992).

Também algumas diferenças – que talvez possam ser chamadas de “culturais” – existentes entre técnicos e agricultores, parecem aproximar, aos olhos dos agricultores, os técnicos do CTA-ZM dos “outros técnicos”, como por exemplo a “crença” dos técnicos na ciência (mais especificamente na ciência agrônômica) como sendo capaz de resolver os problemas relacionados com os cultivos agrícolas. Para os agricultores, a relação com a natureza parece estar fortemente mediada pela religiosidade: “Deus” é quem teria, em última instância (mais do que os técnicos com sua tecnologia), o poder de definir o nível de produção de uma determinada área agrícola, pois é responsável pelas características intrínsecas (como as de relevo e tipo de solo, por exemplo) e pelo clima, especialmente pela chuva (que é um dos elementos definidores da produção), e que fazem com que, exatamente os mesmos recursos “humanos” (tra-

balho, tecnologia, etc) resulte em níveis de produção bastantes diferenciados. Outra exemplo parece se dar quanto a percepção da importância das inovações tecnológicas na reprodução do campesinato. Enquanto para os técnicos elas seriam um elemento básico de “competitividade”, para os agricultores existem diversos outros fatores¹⁸ e estratégias¹⁹, não necessariamente relacionadas com as inovações tecnológicas, que assumem importância fundamental na sua reprodução enquanto campesinato²⁰.

Outra questão verificada é que apesar dos técnicos do CTA-ZM se proporem a partir dos “problemas” dos agricultores, e buscarem metodologias que viabilizem uma participação dos agricultores no levantamento e priorização destes problemas, a própria percepção do que é “problema” é diferente para ambos os atores. Os técnicos estão referenciados (para a percep-

ção dos problemas) no conhecimento agrônômico, e no debate com outros técnicos, não apenas internamente ao movimento ambientalista (com suas várias vertentes), como também numa disputa pela negação do padrão tecnológico dominante. Por sua vez, os agricultores estão referenciados na história e na vivência concreta da sua situação específica²¹. E embora a escolha dos “problemas” a serem objeto de intervenção da ONG seja parte de uma constante “negociação” entre técnicos, sindicalistas e agricultores, vão ser as discussões no âmbito do movimento ambientalista que darão os parâmetros dentro dos quais se dá a eleição dos problemas considerados significativos e passíveis de intervenção²².

Muitas vezes os “problemas” selecionados acabam se constituindo, sob o ponto de vista dos agricultores, enquanto “novas problemáticas” trazidas pela ONG (re-

• • • • •

¹⁸ Como por exemplo a possibilidade de acesso à terra (cujo significado também varia conforme sua qualidade, quantidade e localização).

¹⁹ Estratégias estas as mais diversas, já abordadas por outros autores, como o assalariamento temporário de parte da família, a conjugação de atividades agrícolas e não agrícolas, a conjugação de produção para consumo e para venda, etc. Um estudo bastante significativo neste sentido é Garcia, 1990.

²⁰ É interessante também ressaltar aqui que na zona da mata a possibilidade e o significado das inovações tecnológicas nos pareceu ter diferenciações também entre proprietários e parceiros.

²¹ Chamamos a atenção, na nossa dissertação, para o fato de que alguns dos principais “problemas” sentidos pelos agricultores da zona da mata, para os quais eles sentem necessidade de mediação (e nos quais muitas vezes os sindicatos se inserem) não estariam sequer relacionados diretamente com a atividade agrícola, mas com a sua inserção subordinada às cidades. São problemas como transporte (necessário para o acesso aos serviços e bens de consumo urbanos), o acesso a assistência médica, o acesso a escola (visto como necessário principalmente para os filhos que não poderão permanecer na agricultura por uma limitação do acesso à terra), entre outros.

²² Os técnicos percebem como “principais problemas dos agricultores” aquelas questões relacionadas com as discussões colocadas no âmbito dos campos de disputas em que estão inseridos – como por exemplo a degradação dos solos, o desmatamento da mata atlântica, a erosão genética, etc – questões estas não necessariamente sentidas como problemas pelos agricultores. A eleição dos problemas a serem alvo de intervenção também está relacionada com a posição da ONG frente às instituições de cooperação internacional que financiam o seu trabalho, e há neste caso uma referência em “problemas” reconhecidos a nível internacional, e objeto de preocupação destas instituições.

lacionadas com as questões colocadas pelo movimento ambientalista). E a inserção destas novas problemáticas faz com que haja uma “valorização seletiva”, por parte dos técnicos, das práticas e percepções dos agricultores: valorizam algumas práticas (consideradas “sustentáveis” do ponto de vista ambientalista²³), mas condenam outras²⁴. Dessa forma, técnicos do CTA-ZM (assim como os técnicos da assistência governamental) acabam fazendo também uma classificação das formas de produzir dos agricultores, embora a partir de parâmetros diferentes daqueles dos técnicos que se apoiam no padrão modernizante.

Assim, boa parte da intervenção dos técnicos do CTA-ZM (e das metodologias utilizadas) acaba se dando no sentido de construir estas “novas problemáticas” (que estavam colocadas para os técnicos) enquanto “problemas” para aqueles agricultores, para que as inovações tecnológicas propostas (e as tecnologias alternativas/agroecologia) sejam percebidas pelos agricultores enquanto “soluções técnicas” a serem implementadas²⁵. E o êxito nessa construção dos problemas para os agricultores depende de uma inserção das problemáticas trazidas pelos técnicos em questões vividas/sentidas/percebidas pelos agricultores,

processo que implica numa tradução e re-construção destas problemáticas que envolve significados diferenciados para técnicos e agricultores²⁶.

Bibliografia

- ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. *Alternativas – Cadernos de Agroecologia*. Rio de Janeiro, ASPTA, jun/1991, 68pp.
- AURELLANO-LÓPEZ, Sonia e PETRAS, James. “A ambígua ajuda das ONGs na Bolívia”. *Caderno do CEAS* n° 156. Sal-

• • • • •

²³ Como por exemplo o uso de sementes próprias de milho (e a não compra anual de sementes de milho híbrido), o plantio consorciado de vários cultivos, a diversificação da produção na propriedade, o não uso de tratores, etc.

²⁴ Como por exemplo o desmatamento e o plantio em áreas bastante declivosas, a falta de práticas mais efetivas de conservação de solos, em alguns casos o uso de sementes melhoradas, e o uso de adubos químicos e alguns agrotóxicos. É interessante destacar que os adubos químicos foram incorporados, mas são utilizados pelos agricultores em dosagens bastante inferiores àquelas recomendadas pelos técnicos da extensão rural oficial. E é ilustrativo o fato de que esta questão acaba sendo “criticada” tanto pelos técnicos do CTA-ZM (que apontam este fato como uma incorporação de aspectos da “modernização”, e lutam por abolir estas práticas) quanto pelos técnicos da assistência governamental (que consideram os agricultores “atrasados”, por não usarem as dosagens recomendadas).

²⁵ Por exemplo, a conservação de solos é uma preocupação corrente no movimento ambientalista e estava presente desde o início da atuação do CTA-ZM. Este fato levou à eleição do “problema” da erosão e do uso de adubos químicos como uma das prioridades de trabalho, e à proposição de práticas de adubação orgânica como solução. No entanto, embora a erosão dos solos na zona da mata seja evidente e perceptível para qualquer técnico, nos pareceu que devido à própria história da região (cuja degradação dos solos é antiga, relacionada com o desenvolvimento predatório da caféicultura quando na sua ocupação), a erosão não é percebida como um problema prioritário para aqueles agricultores (que vem convivendo historicamente com ela). Neste caso, os adubos químicos são vistos de forma positiva pelos agricultores (a não ser pelos seus altos custos, que em períodos de baixo preço do café podem inviabilizar a sua aplicação), e a adubação orgânica foi considerada problemática.

²⁶ Um exemplo interessante desta questão é o trabalho com o melhoramento de variedades “nativas” de sementes de milho, um dos mais consolidados e bem sucedidos do CTA-ZM. Para os técnicos, a problemática principal estava inicialmente na referência ao milho híbrido como “símbolo” da revolução verde, uma semente melhorada tendo como parâmetro principal respostas em produtividade a dosagens crescentes de adubos químicos, suscetível a pragas e doenças (dependente, portanto, do uso de agrotóxicos). Posteriormente, houve também o fortalecimento da preocupação com a biodiversidade (e com a erosão genética resultante do desaparecimento das variedades “nativas” utilizadas pelos agricultores). Essa questão foi incorporada pelos agricultores, mas (embora possa haver uma percepção das questões gerais colocadas pelos técnicos) os problemas principais “construídos” a partir da intervenção do CTA-ZM (para o qual as propostas trazidas pelos técnicos poderiam apontar soluções) referem-se ao “preço da semente do híbrido” e ao “problema do caruncho”. Essas questões são melhor abordadas em Cintrão (1996).

- vador, CEAS, mar-abr/1995, pp.57-71.
- BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do Mundo* (Coleção ELOS). São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979 (versão original: 1963)
- CINTRÃO, Rosângela. *ONGs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato – Uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira*. Dissertação de mestrado Rio de Janeiro, (mimeo), CPDA/UFRRJ, 1996.
- GARCIA Jr, Afranio R. *O Sul: caminho do roçado – Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. SP, Editora Marco Zero, 1990.
- GRIGNON, Claude. “La Enseñanza agrícola y la dominación simbólica del campesinado”. In: FOUCAULT, Michel et alii. *Espacios de Poder*. Madrid, Ed. La piqueta, 1981, pp 53-84. (publicado originalmente em Actes de la recherche en Sciences Sociales, nº.1, jan/1975, pp.75-97)
- FASE. *Revista Proposta – Agricultura Alternativa Viabilizando a Pequena Produção*, nº.27, ano XIII. Rio de Janeiro, jan/1988.
- JEQUIER, Nicolas (1983). “Small is beautiful and becoming big”. *Appropriate Technology*. London, IT Publication, vol.10, nº.3, December/1983, pp 1-4.
- LANDIM, Leilah (org.) *Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER, jun/1993, 85pp.
- LOVISOLO, Hugo R. *Terra, Trabalho e Capital – Produção familiar e acumulação*. Campinas, Edit. da Unicamp, 1989, 231 pp.
- NEVES, Delma P. *Engenho e Arte*, PPGAS/M.N./UFRJ Tese de Doutorado, 1986.
- NOVAES, Regina R. “A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização”. In: MEDEIROS, Leonilde et alii (orgs.). *Assentamentos Rurais – Uma visão multidisciplinar*. S. Paulo, Editora Unesp, 1994, pp177-186.
- PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Loyola, 1985, pp43-51.
- REBOUL, Claude “L'apprentissage familial des métiers de l'agriculture”. *Actes de la Recherche*. 39, sept/1981, pp.113-120
- RIBEIRO, Eduardo. *Fazenda Pica-pau, Miradouro, Minas Gerais – Estudo sobre a comunidade, o trabalho familiar e o patrimônio dos camponeses*. Belo Horizonte, (mimeo), 1992, 80pp.
- THOMPSON, E.P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase – estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona, Editorial Crítica, 1989 (3ª Edição).